UNI-RN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS GIOVANNI AVELINO ARAÚJO

REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 NOS ÍNDICES ECONOMICO-FINANCEIROS NA PETROBRAS

NATAL
2012

UNI-RN

LUCAS GIOVANNI AVELINO ARAÚJO

REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 NOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA PETROBRAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.ª Giovanna Tonetto Segantini

NATAL
2012

UNI-RN
BIBLIOTECA
Nº 36019
Cód de Barras M0013912
Data 29 / 04 / 13

UNI-RN

LUCAS GIOVANNI AVELINO ARAÚJO

REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 NOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA PETROBRAS

Projeto apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, e aprovado em ____ de ____ de _____, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Giovanna Tonetto Segantini

Orientadora

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

"O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder entusiasmo"

Winston Churchill

UNI-RN

AGRADECIMENTOS

À toda minha família e amigos pelo amor, carinho e incentivo.

À Mariana, minha namorada, que com todo seu amor me apoiou e me ajudou a formatar este trabalho.

À minha orientadora Giovanna, pelos conselhos, ensinamentos e paciência.

À Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira, o coordenador do curso, por esta oportunidade.

Por ultimo, Ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte, principalmente a Coordenação do curso de Ciências Contábeis, e todos os professores responsáveis pela minha formação acadêmica, e em especial a banca examinadora, pelas contribuições a este trabalho.

UNI-RN

RESUMO

A convergência internacional das normas contábeis chegou ao Brasil na forma das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteram a antiga lei das sociedades por ações, a Lei 6.404/76. O objetivo deste trabalho é mostrar os reflexos das mudanças trazidas por esta convergência nas demonstrações contábeis e na composição dos principais índices econômico-financeiros da Petrobrás, referente ao ano de 2009. Para tanto foi realizado um estudo sobre as alterações trazidas pela convergência das normas contábeis, como também referente aos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade utilizados para comprovar reflexos das novas normas na informação contábil. Optou-se pela empresa Petrobras por ser uma empresa de grande significância nacional. Após o estudo de seus indicadores ficou comprovado que tais reflexos estão relacionados com as mudanças nas práticas contábeis como a forma de contabilização e os critérios de avaliação dos eventos econômicos.

Palavras chave: Convergência Contábil, Leis 11.638/07 e 11.941/09, índices econômico-financeiros, Petrobras.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estrutura Balanço Patrimonial antes das leis 11.638/07 e 11.941/09 19

Quadro 02 – Estrutura Balanço Patrimonial após das leis 11.638/07 e 11.941/09 19

Quadro 03 – Fórmulas dos Índices de Liquidez 27

Quadro 04 – Fórmulas dos Índices de Endividamento 30

Quadro 05 – Fórmula dos Índices de Rentabilidade 32

Quadro 06 - Índice de liquidez corrente 37

Quadro 07 - Índice de liquidez geral 38

Quadro 08 - Índice de liquidez seca 39

Quadro 09 - Índice de liquidez imediata 40

Quadro 10 - Índice de Participação de terceiros sobre os recursos totais 41

Quadro 11 - Índice de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios 43

Quadro 12 - Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total 44

Quadro 13 – Índice de Margem Líquida 45

Quadro 14 – Índice de Giro do Ativo Total 46

Quadro 15 – Índice de Retorno sobre Investimento 46

Quadro 16 – Índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido 47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AT	Ativo Total
D.C.	Depois de Cristo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DOAR	Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
ET	Exigível Total
EUA	Estados Unidos da América
IASB	*International Accounting Standards Board*
IRFS	*International Financial Reporting Standards*
LL	Lucro Líquido
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
S.A	Sociedade Anônima
VL	Vendas Líquidas

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 10

1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA 10

1.2 OBJETIVOS 12

1.2.1 **Geral** 12

1.2.2 **Específicos** 12

1.3 JUSTIFICATIVA 12

1.3.1 Petrobras 13

2 REFERENCIAL TEÓRICO 15

2.1 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO 15

2.2 ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 18

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES 22

2.3.1 Análise através de índices 23

2.3.1.1 Índices de liquidez 23

2.3.1.2 Índices de Endividamento 27

2.3.1.3 Índices de rentabilidade 30

2.3.2 Estudos Similares 33

3 METODOLOGIA 35

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 37

4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ 37

4.1.1 Liquidez Corrente 37

4.1.2 Liquidez Geral 38

4.1.3 Liquidez Seca 39

4.1.4 Liquidez Imediata 40

4.2 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO 41
4.2.1 Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais 41
4.2.2 Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios 43
4.2.3 Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total 44
4.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE 44
4.3.1 Margem líquida 45
4.3.2 Giro do ativo Total 46
4.3.3 Retorno sobre investimento 46
4.3.4 Retorno sobre PL 47

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 49

REFERÊNCIAS 51

ANEXOS 55

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A Lei 6.404/76, que rege as sociedades por ações, não havia sofrido grandes modificações desde a sua criação em 1976. Dessa maneira, havia uma necessidade de adequação da legislação brasileira a nova realidade mundial. No ano 2000, a Câmara de Deputados recebeu o Anteprojeto de reforma da Lei 6.404/76 (lei das S/A) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O projeto de lei número 3731/00 tramitou durante sete anos na Câmara de Deputados até ser aprovado pelo Senado Federal e em 28 de dezembro de 2007 foi sancionado pelo Presidente da República, assim tornando-se a lei 11.638/07 (FARIAS, 2010).

Segundo a CVM esta adequação da legislação teve como principais objetivos a correção de impropriedades e erros da Lei 6.404/76, a adaptação do texto legal às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução econômica e do fortalecimento do mercado de capitais, em decorrência de novas normas contábeis e de auditorias internacionalmente reconhecidas (KPMG, 2008).

Porém, em 03 de dezembro de 2008 entrou em vigor a Medida Provisória 449/08 para corrigir alguns problemas do texto original, principalmente em resolver o conflito e desvinculação entre o imposto de renda e a evidenciação contábil. Dessa forma, a Medida Provisória 449/08 em 27 de maio de 2009 transformou-se na Lei 11.941.

As referidas Leis possuem o desígnio primordial de possibilitar a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*IASB - International Accounting Standards Board*".

No Brasil, órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) têm procurado fazer com que o país participe nesse contexto de harmonização contábil. Para tanto, tais órgãos compartilham atuação na elaboração e discussão dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foi criado com o

UNI-RN

objetivo de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos Contábeis visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (BARBOSA, DIAS E PINHEIRO, 2009).

Para Augusto e Oliveira (2011), O Brasil é inserido no grupo de países comprometidos com a convergência das normas internacionais pela Lei 11.638/07 e sua alteração pela Lei 11.941/09. O ponto de maior relevância das alterações dá-se nas demonstrações contábeis, mais especificamente no Balanço Patrimonial que passa a ter uma nova estrutura.

Segundo a Resolução 1159/09 do CFC as principais alterações trazidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09 são: Classificação do Ativo e Passivo em "circulante" e "Não Circulante"; extinção do grupo permanente; extinção do subgrupo "Ativo Diferido"; fim da reavaliação espontânea de ativos; teste de *impairment;* extinção do grupo de Resultados de Exercícios Futuros; registro patrimonial do *leasing*; criação da rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial"; destinação do saldo de Lucros Acumulados.

Além dessas a Resolução ainda cita: Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais (anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital); extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não operacionais; substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias; obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas Companhias Abertas; e Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e passivo.

Sendo assim, diante das abordagens apresentadas, definiu-se como proposta central deste trabalho, analisar as Demonstrações Contábeis emitidas antes da mudança (2009-2008) e as emitidas após (2010-2009), visando às demonstrações referentes ao ano de 2009, para responder ao seguinte questionamento: **Quais os reflexos das alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09 nos índices econômico-financeiros da Petrobras, no exercício de 2009?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

No intuito de responder o problema da pesquisa, o objetivo geral deste estudo é: verificar nos demonstrativos da Petrobras referentes ao exercício de 2009, qual foi o efeito nos indicadores financeiros e econômicos provocado pela convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais.

1.2.2 Específicos

Como objetivos específicos têm-se: a) realizar um estudo sobre estrutura das demonstrações Contábeis, sua obrigatoriedade ou não; b) conceituar Balanço Patrimonial, sua estrutura e as alterações de seus elementos pela nova legislação; c) explanar sobre Análise das demonstrações, sua importância e técnicas; d) estudar os índices econômico-financeiros que serão utilizados no trabalho; e) realizar uma análise de Balanço por meio dos índices, do ano de 2009, antes e depois das alterações da Lei 6.404/76 pelas Leis 11.941/09 e 11.638/07; e f) comparar os resultados dos indicadores para revelar o efeito de tais alterações sobre os índices.

1.3 JUSTIFICATIVA

O usuário da informação contábil de uma entidade, seja ele um acionista, diretor, funcionário, etc., utiliza-se das demonstrações contábeis para auxilia-lo na tomada de decisão. Uma das maneiras de analisar as demonstrações contábeis é através dos indicadores econômico-financeiros.

Uma linguagem homogênea para expressar os resultados contábeis de uma empresa sempre foi um obstáculo quando se travava de compará-los com concorrentes. Agora que as normas Brasileiras se enquadram nas normas internacionais, existe a possibilidade da comparabilidade entre as normas antigas e novas estar prejudicada.

Sendo assim, saber se os índices calculados pela norma antiga (Lei 6.404/76) e pelas novas normas (Leis 11.941/09 e 11.638/07) diferem muito entre si é um dos pontos em que reside a relevância deste trabalho, uma vez que tal propriedade dos indicadores é de grande importância para todos os usuários da informação contábil.

Diante do exposto, o presente estudo vem a contribuir para a verificação da comparabilidade das demonstrações, considerando o quanto foi alterado na estrutura do Balanço Patrimonial devido à alteração na legislação brasileira. Pois, é de se esperar que tais mudanças acabem por refletir nos indicadores econômico-financeiros que, consequentemente, irão afetar a tomada de decisão do usuário da contabilidade.

1.3.1 Petrobras

Um ponto a destacar foi a escolha da empresa Petrobras para este estudo. A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, com atuação em todos continentes e atividades em 24 países. No Brasil, é líder do setor petrolífero e, segundo a PFC Energy, em 2011 representa a quinta maior companhia de energia do mundo (PETROBRAS, 2011).

Dessa maneira, devido ao tamanho da companhia, a diversidade de negócios e atividades por ela praticados a aplicação dos pronunciamentos contábeis do CPC será mais efetiva.

Vale ressaltar, que no Brasil, a Petrobras por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Enquanto no exterior, obedece as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *New York Stock Exchange* (NYSE), nos EUA; da Bolsa de comércio de Buenos Aires; da

Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina e do *Latibex*, da Bolsa de Madri, na Espanha.

Para garantir a adoção de padrões internacionais de transparência, a Petrobras segue procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atua. Assim sendo, a sua credibilidade é reforçada no mercado e o seu relacionamento com públicos de interesse é fortalecida. Publico esse se tratando de: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO

A Contabilidade é um produto do meio em que se encontra. Ela acompanha os avanços sociais e tecnológicos do homem.

Há relatos de que as primeiras manifestações contábeis datam de cerca de 2.000 A.C, com os sumérios. Num mercado baseado na troca de mercadorias, a contabilidade servia para definir quanto alguém possuía de uma determinada mercadoria e qual o valor de troca dessa mercadoria em relação à outra. Existem registros contábeis que datam por volta de 235 A.C., que mostram que os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso da água para irrigação, recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas. (HENDRIKSEN, 1999)

Mas só por volta dos séculos XVIII e XIV que a contabilidade moderna nasceu como produto do Renascimento Italiano. O primeiro registro de um sistema de escrituração por partidas dobradas completo data do ano 1340 D.C., e é encontrado na cidade de Gênova, Itália. Apesar de quase toda maquinária da escrituração contábil já existisse, foi só com o livro escrito em 1494 pelo Frei Luca Pacioli, intitulado de *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá* que surgiu o primeiro código contábil, descrevendo a escrituração por partidas dobradas. Os comentários de Pacioli (HENDRIKSEN, 2004, p.39) sobre contabilidade são tão relevantes e atuais quanto há quase 500 anos. Por exemplo, observa-se o que ele escreveu sobre o que deve ser feito após a confecção de um balancete:

> "Para que tudo fique mais claro no encerramento mencionado, é necessário que faça esta outra comparação, a saber, somar numa folha de papel todos os débitos de Razão+ e coloca-los do lado direito, e depois estas ultimas somas serão ressomadas; uma das somas será o total dos débitos e dos créditos, sua conclusão será a de que seu Razão terá sido bem mantido. (...) e encerrado pelo motivo mencionado acima no Capítulo 14; mas, se uma das somas for maior que a outra, terá havido um erro no seu Razão, o qual, com diligência, será melhor que o encontre com a inteligência que Deus lhe deu, e com os recursos de raciocínio que tiver adquirido, e que são muito necessários para o bom comerciante, como dissemos no início; caso contrário, não sendo um bom contador em seus negócios, andará como um cego, e muitas perdas poderão seguir. (...)".

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, 2004)

É importante elucidar que a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões.

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram aqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro. Esses fatos tornam a Contabilidade uma importante ferramenta de gestão, pois seus relatórios auxiliam em todos os aspectos gerenciais, como no controle de gastos, contratações ou demissões, alocação de custos, investir ou não em um projeto, etc. Dessa forma a Contabilidade é uma ferramenta indispensável no auxílio na tomada de decisão e conhecê-la é de suma importância ao bom gestor.

A contabilidade possui alguns instrumentos para realizar a sua evidenciação, tal como a Lei 6.404/76 no seu artigo nº 176 diz que ao fim de cada exercício social, a diretoria precisa elaborar, com base na escrituração comercial, demonstrações contábeis que devem mostrar com clareza a situação patrimonial da

empresa e as possíveis mutações ocorridas na duração do exercício. De acordo com Ferreira (2009), qualquer que seja a empresa, aberta ou fechada, é possível afirmar que ela estará obrigada a elaborar e publicar, pelo menos, as seguintes demonstrações: Balanço patrimonial, Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, Demonstração do resultado do exercício, Demonstração dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado (para companhias abertas).

Sobre a publicação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, também é prevista no § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A): "as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

As notas explicativas suplementam as demonstrações contábeis, dessa forma, devendo fazer parte das publicações. Elas se tratam de evidenciações, quando da ocorrência de mudanças nos procedimentos contábeis, devendo ser destacada quando tiver repercussão significativa no resultado. (IUDÍCIBUS, *et al*, 2010).

Para Velter e Missagia (2009, p. 9), demonstrações contábeis:

> São relatórios, organizados sinteticamente, onde se resumem as informações contábeis de forma metódica, atendendo cada um a uma finalidade especifica, evidenciando os fatos patrimoniais e a situação da empresa, elaborados ao final de um determinado período de tempo.

Para o Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC), os objetivos das demonstrações contábeis são:

> [...] fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.
> [...] também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados. Aqueles usuários que desejam avaliar a atuação ou prestação de contas da administração fazem-no com a finalidade de estar em condições de tomar decisões econômicas que podem incluir, por exemplo, manter ou vender seus investimentos na entidade ou reeleger ou substituir a administração (CPC, 2008).

Dessa forma nota-se a importância de se determinar, no estatuto ou contrato social, a data de encerramento do exercício social, para dessa forma tanto cumprir a norma vigente como também fornecer os devidos relatórios aos usuários da informação contábil.

2.2 ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76

Para atender a convergência das normas internacionais a Lei 11.638/07 produziu diversas modificações nas normas brasileiras. Boa parte dessas modificações focando no Balanço Patrimonial, alterando critérios de avaliação de ativos e passivos.

Segundo Ferreira (2009), o Balanço entende-se, como patrimônio, o complexo das relações jurídicas da empresa que possam ser avaliadas economicamente. Dessa forma, em determinado momento, o Balanço Patrimonial é uma exposição do ativo, das obrigações e da situação liquida da entidade. Ou seja, apresenta os elementos que compõem o patrimônio de uma empresa num certo momento, dessa forma possibilitando a analise de sua situação patrimonial.

Para Marion (2004, p. 52) o Balanço Patrimonial "é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada".

Iudícibus, *et al;* (2007) definem a finalidade do Balanço Patrimonial como "apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática".

O Balanço Patrimonial é atualmente constituído pelo Ativo (dividido em dois grupos: Ativo Circulante e Não Circulante, este último composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível), Passivo (dividido em dois grupos: Passivo Circulante e Não Circulante) e Patrimônio Líquido (dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados), assim evidenciando bens, direitos e obrigações.

Seguindo a antiga Lei 6.404/76 das sociedades por ações. O Balanço Patrimonial se apresentava da seguinte maneira:

ATIVO	PASSIVO
Circulante Realizável a Longo Prazo Permanente Investimentos Imobilizado Diferido	Circulante Exigível a Longo Prazo Resultado de Exercícios Futuros
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Reservas de Reavaliação Reserva de Lucros Lucros ou Prejuízos Acumulados

Quadro 01 – Estrutura Balanço Patrimonial antes das leis 11.638/07 e 11.941/09.
FONTE: Adaptado da Lei 6.404/76.

Após as alterações propostas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, o Balanço Patrimonial passou a ser apresentado da seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
Circulante Não Circulante Realizável a Longo Prazo Investimentos Imobilizado Intangível	Circulante Não Circulante
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Reserva de Lucros Ações em Tesouraria Prejuízos Acumulados

Quadro 02 – Estrutura Balanço Patrimonial após das leis 11.638/07 e 11.941/09.
FONTE: Adaptado da Lei 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09.

No inciso 1º do artigo 178 da Lei 11.638/07, define-se a nova estrutura dos elementos do Ativo do Balanço patrimonial em dois grupos: o Ativo Circulante; e o Ativo Não Circulante, composto por Ativo Realizável A Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Analisando o inciso do artigo 178 nota-se

que o grupo Permanente foi eliminado, e seus componentes agora são classificados dentro do grupo Ativo Não Circulante. Observa-se também a extinção do subgrupo Diferido.

No inciso 2º do artigo 178 da Lei 11.638/07, define-se a nova estrutura dos elementos do Passivo em dois grupos: Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. No patrimônio líquido foi extinto o grupo "Reserva De Reavaliação" e criado o grupo "Ajustes De Avaliação Patrimonial". Também foi eliminados o subgrupo "Lucros e Prejuízos acumulados", mantendo somente o "Prejuízo acumulado" Integra também o Patrimônio Líquido a conta de "Ações em Tesouraria".

A Elaboração do Balanço Patrimonial conforme os novos critérios foi normatizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 13 (p.4), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliário CVM 565/08 e pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC 1.152/09.

Segue alguns exemplos das mudanças mais significativas trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09:

a) foi introduzido o conceito de valor presente (*present value*) e valor justo (*fair value*) para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Valor presente é citado no CPC 12:

> Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O Pronunciamento Técnico 12 também define o *fair value*:

> Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negocio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para liquidação da transação ou que caracterizarem uma transação compulsória.
> Valor presente é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade (CPC, 2008).

b) as operações de arrendamento mercantil – que, na sua essência, possuem características de financiamento – passaram a ser registradas como compra financiada;

c) os custos de transação passaram a ser contabilizados em uma conta redutora de Patrimônio Líquido ou de Passivo, enquanto os títulos de dívida passaram a ser registrados pelos valores líquidos das respectivas transações;

d) os custos de transação e prêmios passaram a ser reconhecidos no Resultado do Exercício pelo regime de competência;

e) as subvenções e assistências governamentais passaram a ser reconhecidas diretamente no Resultado do Exercício, em regime de competência;

f) a Lei nº 11.638/2007 proibiu a reavaliação espontânea de ativos.

g) foi criada a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, na qual devem ser registrados os aumentos ou diminuições nos ativos e passivos, em decorrência da avaliação do patrimônio a preço de mercado, especialmente de determinados instrumentos derivativos;

h) passou a ser obrigatória a aplicação periódica do teste de recuperabilidade dos ativos, o *impairment test*. É definido pelo CPC 01 como "valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor liquido de venda de um ativo e seu valor em uso".

i) mudou o critério para aplicação da equivalência patrimonial, usando o novo conceito de sócio ou acionista controlador;

j) as variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de controladas estrangeiras passaram a ser lançadas na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, enquanto não são realizadas.

UNI-RN

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis, notados os procedimentos e normas contábeis adotadas pela legislação brasileira, formam um conjunto de informações que retratam a situação estática patrimonial da empresa em um dado período.

Iudícibus (2010, p. 1) cita "a necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quando à própria origem de tais peças". Essa análise é importante para a empresa, pois auxilia na tomada de decisões.

A análise das demonstrações, como define Matarazzo (2007), consiste na transformação dos dados providos pelos demonstrativos econômico-financeiros em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir. Ou seja, a análise das demonstrações objetiva medir a capacidade de pagamento da empresa, sua estrutura de capital, a rentabilidade do capital investido, entre outras informações de interesse de seus usuários.

Iudícibus (2010) caracteriza a Análise das demonstrações como "a arte de saber extrair relações úteis para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis normais e de suas extensões e detalhamentos". Para se atingir esse objetivo existem várias técnicas, elas são citadas por Matarazzo (2007) como sendo: análise através de indicadores, análise vertical e horizontal, análise do capital de giro, análise de rentabilidade, análise prospectiva, e análise de fluxo de caixa.

Já Neves e Viceconti (2007, p.425) definem Análise das demonstrações como sendo o "estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa". Dessa forma, objetiva fornecer informações numéricas de modo a auxiliar acionistas, administradores, fornecedores, e outros usuários da informação contábil.

O índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, cujo objetivo é evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. O estudo dos indicadores constitui o instrumento básico da Análise das demonstrações. "A extração de índices é tão comum na prática que às vezes confunde-se com a própria Análise das demonstrações". (MATARAZZO, 2007)

Dessa forma, como houve modificações na estrutura das demonstrações, os valores dos indicadores econômico-financeiros mudaram, e como essa análise de índices é essencial para a Análise das demonstrações, esse presente trabalho será focado em tais variações.

Dentre os diversos índices econômico-financeiros, foram utilizados para o estudo proposto os índices de liquidez, de endividamento, e os índices de rentabilidade.

2.3.1 Análise através de índices

A análise através de índices é uma das técnicas de análise de balanço. Os índices são números, obtidos através de quocientes, que quando analisados em conjunto (tanto entre si como em relação a padrões) fornecem visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa (MATARAZZO, 2007).

Marion (2010) diz que os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas, dessa forma facilitando o trabalho do analista, já que a análise de certas relações ou percentuais é mais relevante do que a observação de montantes, por si só.

Os principais índices econômico-financeiros podem ser divididos em três grupos: índices de liquidez, índices de endividamento e índices de rentabilidade (FARIAS, 2009).

2.3.1.1 Índices de liquidez

Neves e Viceconti (2007, p.434) definem o objetivo dos índices de liquidez como sendo “avaliar a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros”. Assim avaliando a capacidade de liquidar suas obrigações de curto e longo prazo.

Para Assaf Neto (2008) os indicadores de liquidez buscam medir a capacidade de pagamento (folga financeira) de uma empresa, dessa forma,

UNI-RN

avaliando sua capacidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas.

Os índices de liquidez são quatro: liquidez corrente (referem-se à capacidade de pagamento no curto prazo), liquidez geral (referem-se à capacidade de pagamento no longo prazo), liquidez seca (referem-se à capacidade financeira da empresa) e liquidez imediata (referem-se à capacidade de pagamento imediata).

- Liquidez Corrente

A liquidez corrente é o índice que indica quanto a empresa possui no ativo circulante para cada R$ 1,00 de passivo circulante.

Iudícibus (p. 94, 2010) explica liquidez corrente como:

> Este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo. É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa. É preciso considerar que no numerador estão incluídos itens tão diversos como: disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador, estão incluídas as d´vidas e obrigações vencíveis a curto prazo.

O autor ainda afirma que é preciso atentar para o problema dos prazos dos vencimentos das contas a receber e das contas a pagar, pois pode acontecer das obrigações terem prazos menores que os direitos a receber, assim podendo ocasionar uma falta de recursos para cumprir as obrigações a curto prazo mesmo com o indicador de liquidez corrente indicando que a empresa esteja saudável suficiente para que isso não aconteça.

- Liquidez Geral

A liquidez corrente é o índice que indica quanto a empresa possui no ativo circulante e realizável a longo prazo para cada R$ 1,00 de dívida total.

Para Iudícibus (2010, p.96) o objetivo da liquidez geral é:

> "detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo do empreendimento. Mais uma vez, o problema dos prazos empobrece o sentido e a utilidade do quociente, a não ser que seja explicitamente levado em sua devida conta. Os prazos de liquidação do passivo e de recebimento do ativo podem ser o mais diferenciados possível, ainda mais se considerarmos que temos passivo e ativo a longo prazo. Às vezes, acontece que os índices de liquidez corrente e seca se apresentam como razoáveis em decorrência de vultosos empréstimos a longo prazo. Assim, ao calcularmos o quociente de liquidez corrente, o numerador estará afetado *para mais* pela entrada de disponível, ao passo que o denominador não será afetado, pois somente o passivo circulante é considerado. Entretanto, a posição de longo prazo pode ser muito menos favorável. Se não contarmos com grandes aplicações em valores a receber de longo prazo a posição de liquidez no longo prazo ficará comprometida."

Este indicador serve para detectar a saúde financeira de longo prazo da empresa. Dessa forma, entende- se que esse índice aponta quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo. É relevante esclarecer que existe um fator muito importante a ser considerado, quando se avalia a capacidade de pagamento que é a estrutura de prazos (prazos de recebimentos e pagamentos) e do ciclo operacional. (NETO, 2008)

- Liquidez Seca

A liquidez seca mede quanto a empresa possui de ativo líquido para cada R$ 1,00 de passivo circulante (dívidas a curto prazo).

Este indicador serve como um teste de força aplicado à empresa, com o objetivo de medir o nível de excelência de sua situação financeira. De um lado, abaixo de certos limites, obtidos segundo os padrões do ramo, pode indicar alguma dificuldade de liquidez, mas raramente tal conclusão será mantida quando o índice de liquidez corrente for bom. De outro lado, o índice de liquidez seca combinado com o índice de liquidez corrente é um reforço à conclusão de que a empresa é uma "atleta de liquidez". (MATARAZZO, 2007)

- Liquidez Imediata

Este quociente relaciona as disponibilidades em determinado momento com o passivo corrente. Indica a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade. Assim, pode-se afirmar que a liquidez imediata relata a quantia que a empresa dispõe para pagar suas dívidas de curto prazo. (NETO, 2008)

- Resumo dos Índices de Liquidez

Abaixo se tem o quadro 03 – Fórmulas dos Índices de Liquidez com o resumo dos principais indicadores de liquidez utilizados para este trabalho.·.

Índice	Símbolo	Fórmula	Avaliação do Índice
Liquidez Corrente	LC	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Quanto maior, melhor
Liquidez Geral	LG	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Quanto maior, melhor
Liquidez Seca	LS	Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante	Quanto maior, melhor
Liquidez Imediata	LI	Disponibilidades / Passivo Circulante	Quanto maior, melhor

Quadro 03 – Fórmulas dos Índices de Liquidez
FONTE: Adaptado de Iudícibus (2010).

Dessa forma entende-se que os índices de liquidez servem para demonstrar a capacidade de a empresa honrar suas obrigações de curto e longo prazo. São indicadores que evidenciam a situação financeira da empresa.

2.3.1.2 Índices de Endividamento

Iudícibus (2010) retrata os índices de endividamento como quocientes que relacionam as fontes de fundos entre si. Eles buscam evidenciar a posição relativa do capital próprio com a relação ao capital de terceiros. São indicadores de

muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros.

Neves e Viceconti (p.436, 2007) explicam sobre o significado dos índices de endividamento, definindo-os como:

> O endividamento indica o montante os recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Por isso existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer às obrigações com terceiros. O grau de endividamento mede, portanto, a proporção dos ativos totais financiada por terceiros (credores da empresa).

Os índices de endividamento demonstram a composição da estrutura de capital da empresa. Estes indicadores relacionam as fontes de fundos entre elas mesmas, ilustrando a posição relativa do capital próprio relacionado com o capital de terceiros. Assim como os indicadores de liquidez, evidenciam a situação financeira da empresa.

Os indicadores de endividamento utilizados neste trabalho foram três: Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais, Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios e Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total.

- Índice de Participação de Capitais de Terceiros Sobre os Recursos Totais

Iudícibus (p.98, 2010) afirma que o índice de participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais "é de grande relevância, relaciona o exigível total (capitais de terceiros) com os fundos totais providos (por capitais próprios e capitais de terceiros)".

Então, pode-se concluir que este índice expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Da mesma forma significa qual o valor da porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

UNI-RN

- Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios

Este indicador fornece outro ângulo para se encarar a dependência de recursos de terceiros. Caso o índice, durante vários anos, for consistente e maior que um, implicaria em uma forte dependência de recursos de terceiros.

Este índice é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas referente aos capitais de terceiros. Boa parte das empresas que vão à falência apresenta, durante um período longo, altos índices de capitais de terceiros/capitais próprios. Isto não significa que uma empresa com altos valores nesse índice obrigatoriamente irá à falência, mas quase todas que vão a falência apresentam esses valores elevados neste indicador. (IUDÍCIBUS, 2010)

- Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total

Este índice ilustra a composição do endividamento total ou qual a parcela que vence a curto prazo, no endividamento total.

Uma empresa em expansão deve tentar financiá-la com endividamento de longo prazo, de forma que, à medida que ela incremente sua capacidade operacional (com novos equipamentos e recursos de produção, por exemplo) tenha condições de começar a amortizar suas dívidas.

- Resumo dos Índices de Endividamento

A seguir, no quadro 04 – Fórmulas dos Índices de Endividamento, apresenta-se um resumo dos principais indicadores de endividamento utilizados neste estudo.

Índice	Símbolo	Fórmula	Avaliação do índice
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	ET/ET + PL	Exigível Total / Exigível Total + Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor
Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios	ET / PL	Exigível Total / Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	PC / ET	Passivo Circulante / Exigível Total	Quanto menor, melhor

Quadro 04 – Fórmulas Índices de Endividamento
FONTE: Adaptado de Iudícibus (2010).

Indicadores de endividamento se referem à situação financeira da empresa, relacionando as fontes de fundos entre si, de forma a retratar a posição relativa do capital próprio em relação ao capital de terceiros.

2.3.1.3 Índices de rentabilidade

Os índices desse grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto foi o rendimento dos investimentos e, dessa forma, quantificar o grau de sucesso econômico da empresa. (MATARAZZO, 2007).

> As informações referentes ao desempenho da entidade, especialmente a sua rentabilidade, são requeridas com finalidade de avaliar possíveis mudanças necessárias na composição dos recursos econômicos que provavelmente serão controlados pela entidade. As informações sobre as variações nos resultados são importante nesse sentido. As informações sobre os resultados são uteis para prever a capacidade que a entidade tem de gerar fluxos de caixa a partir dos recursos atualmente controlados por ela. Também é útil para avaliação da eficácia com que a entidade poderia usar recursos adicionais (CPC, 2008).

Neves e Viceconti (2007, p. 442) definem que os índices de Rentabilidade "representam a relação entre os rendimentos e o capital investido na empresa". Dessa forma considerando a proporcionalidade e origem das receitas, e não apenas valores absolutos.

Os índices de rentabilidade são quatro: margem liquida (compara lucro com vendas líquidas), Giro do Ativo (relaciona vendas com o ativo da empresa), retorno sobre investimento (relaciona lucro com o ativo) e retorno sobre Patrimônio Líquido (define quanto de lucro o capital próprio gerou).

- Margem Liquida

Este índice compara o lucro com as vendas líquidas. Este indicador, apesar de esforços constantes para melhorá-lo, comprimindo despesas e aumentando a eficiência, tem valor alto ou baixo dependendo com área de atuação do empreendimento. Por exemplo, uma indústria de refino de petróleo tem pequenas margens e volume de vendas elevado. Já um pequeno negócio comercial poderia acontecer o inverso. (IUDÍCIBUS, 2010).

- Giro do Ativo

O indicador do giro do ativo mostra quantas vezes a empresa recuperou o valor de seu ativo por meio de vendas durante um exercício. Este índice é bastante dependente do setor de atuação da empresa. Um alto Giro do Ativo significa que a empresa está vendendo um maior volume de produtos. (MATARAZZO, 2007)

- Retorno Sobre Investimento

É considerado um dos indicadores individuais mais importantes de toda a análise das demonstrações, pois representa a medida global de desempenho da empresa, ainda levando em consideração todos os fatores envolvidos. Dessa forma ilustrando numericamente quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo. (IUDICIBUS, 2010)

- Retorno sobre Patrimônio Líquido

O objetivo do índice de rentabilidade do patrimônio líquido é revelar qual é a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode então ser comparada com as taxas de outros rendimentos no mercado, como por exemplo, caderneta de poupança, ações, alugueis, etc. Dessa forma pode-se avaliar a rentabilidade da empresa em relação as outras opções (MATARAZZO, 2007).

- Resumo dos Índices de Rentabilidade

O quadro 05 – Fórmula dos Índices de Rentabilidade evidencia os quocientes de rentabilidade utilizados na elaboração desta pesquisa.

Índice	**Símbolo**	**Fórmula**	**Avaliação do índice**
Margem Líquida	LL / VL	Lucro Líquido / Vendas Líquidas	Quanto maior, melhor
Giro do Ativo Total	RL / AT	Receitas Líquidas / Ativo Médio	Quanto maior, melhor
Retorno sobre Investimento	LL / AT	Lucro Líquido / Ativo Médio	Quanto maior, melhor
Retorno sobre Patrimônio Líquido	LL / PL	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Quanto maior, melhor

Quadro 05 – Fórmulas dos Índices de Rentabilidade
FONTE: Adaptado de Iudícibus (2010).

Então, conclui-se que os índices de rentabilidade demonstram o retorno obtido sobre capital investido, sendo esse tanto próprio quanto de terceiros. São índices que ilustram a situação econômica da empresa.

2.3.2 Estudos Similares

Nos últimos anos, internacionalmente intensificou-se as pesquisas sobre as IFRS, principalmente, devido à adoção obrigatória das normas internacionais na União Europeia. Diversas pesquisas objetivaram analisar as experiências vivenciadas por países que harmonizaram suas normas contábeis com as IFRS, ilustrando vantagens e desvantagens dessa harmonização, assim como as reações dos investidores em relação a essas mudanças.

Rogers *et al*(2007) analisaram os resultados dos indicadores econômico-financeiros sob a luz das diferentes normas. Foi visto que os indicadores de endividamento e liquidez vistos sobre as normas IFRS e BR GAAP tiveram sensíveis divergências. Os autores concluíram que é necessária uma convergência para uma única norma contábil para imprimir confiabilidade no resultado da avaliação econômica e financeira de uma organização.

Já no estudo de Carvalho *et al* (2011), foram selecionadas companhias abertas listadas na BM&FBovespa com demonstrações publicadas no ano de 2007 (antes das alterações) e o ano 2008 (após as alterações), outros pré-requisitos foram utilizados, reduzindo a amostra da Bovespa de 545 para 200 empresas (listadas na época da pesquisa). Foram investigados e testados estatisticamente indicadores relacionados à estrutura de capital, à gestão do capital de giro, liquidez, rentabilidade e ao valor de mercado. Os testes estatísticos aplicados revelaram mudanças estatisticamente significantes na representação da situação econômico-financeira das companhias abertas listadas na BM&FBovespa no tocante à estrutura de capital e à liquidez.

A pesquisa realizada por Neto, Dias e Pinheiro (2009), tinha como objetivo analisar o impacto nos indicadores econômico-financeiros de empresas

brasileiras de capital aberto antes e depois à introdução das demonstrações contábeis em padrão IFRS. Os autores concluíram que houve divergência nos indicadores, mas elas não foram estatisticamente significativas.

Perramon e Amat (2006) estudaram os impactos das normas IFRS nos resultados das empresas abertas não financeiras da Espanha. Após análise confirmaram que a introdução das normas internacionais pode influenciar o resultado. As causas dessa influência sobre o resultado foram encontradas na aplicação do *fair value* aos instrumentos derivativos e também das regras de amortização do *goodwill* das normas sobre benefícios a empregados e da consolidação de empresas associadas.

Horton e Serafeim (2007) pesquisaram sobre as reações do mercado de capitais quando feita a divulgação da conciliação das normas contábeis do Reino Unido com as IFRS. Segundo os autores, as normas internacionais e as UK GAAP possuem algumas divergências, as mais importantes sendo: pagamento baseado em ações, amortização do *goodwill*, instrumentos financeiros e diferimento de impostos. Os autores observaram que, embora algumas companhias tenham divulgado que as mudanças contábeis não afetariam o fluxo de caixa futuro, o mercado reagiu à conciliação das normas incorporando os ajustes contábeis aos preços das ações.

O presente trabalho objetivou analisar os reflexos nos indicadores econômico-financeiros da Petrobras antes e depois da harmonização das normas brasileiras para com o padrão IFRS. Espera-se que este estudo, de uma empresa de grande porte e diversidade de negócios, contribua para com a discussão em torno do tema, investigando os impactos causados por esta harmonização.

UNI-RN

3 METODOLOGIA

Tipologicamente, quanto aos objetivos da pesquisa, enquadra-se como descritiva, pois segundo Beuren *et al* (2006) preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los. A importância da pesquisa descritiva em Contabilidade reside em esclarecer determinadas características e/ou aspectos inerentes a ela, através de identificação, relato, comparação dos dados, entre outros aspectos.

Quanto aos procedimentos é classificada como pesquisa documental. Este tipo de pesquisa visa dar um tratamento e interpretação a informações brutas com intuito de extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor. O mérito da pesquisa documental em estudos contábeis é percebido no sentido que é verificado, através de fatos passados, informações que possam ser úteis para ajudar no presente e vislumbrar tendências futuras (BEUREN, 2006).

Também se constitui como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que recolhe informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura reposta (BEUREN, 2006).

Para a coleta dos dados desta pesquisa quantitativa, foram utilizados os balanços patrimoniais da Petrobrás, correspondentes ao ano de 2009 (elaborados na regra antiga e na nova), expondo-os lado a lado para comparar os índices. Utilizou-se os mesmos procedimentos com as Demonstrações dos Resultados (para indicadores de rentabilidade). Para determinar o destino de algumas relocações de recursos, também foi utilizado as notas explicativas dos demonstrativos contábeis.

Os dados das demonstrações foram transcritos para planilha eletrônica, os quais foram dispostos lado a lado com o objetivo de calcular os indicadores econômico-financeiros. Tais quocientes foram elaborados com base nos procedimentos descritos por Iudícibus (2010) em sua obra *Análise de Balanços.*

Os índices econômico-financeiros utilizados neste estudo foram, a saber: Liquidez Corrente, Liquidez Imediata, Liquidez Geral, Liquidez Seca, Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais, Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios, Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total,

Margem Líquida, Giro do Ativo Total, Retorno sobre Investimento e Retorno sobre Patrimônio Líquido.

Os índices foram calculados seguindo a ordem dos anos 2010-2009 (depois da mudança) e 2009-2008 (antes da mudança), para poder evidenciar no exercício de 2009 as diferenças entre os mesmos índices seguindo a norma antes e depois de sua alteração pelas leis 11.941/09 e 11.638/07.

Após o cálculo dos índices, realizou-se uma análise comparativa com intuito de evidenciar as possíveis distorções econômicas e financeiras ocasionadas pela convergência das normas brasileiras às normas internacionais.

Esta pesquisa limita-se por usar apenas dados relativos a uma empresa em apenas um exercício social. Por isso não pode ser considerado uma tendência generalista, para esta empresa e outras do mesmo segmento. Apenas constitui uma análise descritiva e comparativa dos indicadores econômico-financeiros antes e depois da harmonização das práticas contábeis brasileiras.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Abaixo são analisados os indicadores de Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Liquidez Seca e Liquidez Imediata segundo a metodologia de Iudícibus.

4.1.1 Liquidez Corrente

LIQUIDEZ CORRENTE				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Liquidez corrente =	Ativo Circulante	76.674,02	74.374,00	-3,09%
	Passivo Circulante	58.029,64	55.161,00	-5,20%
Índice de liquidez corrente		1,321	1,348	2,00%

Quadro 06 - Índice de liquidez corrente
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo desse índice foi utilizado o Ativo Circulante, que é composto pelas disponibilidades, contas a receber, estoques e outras contas de alta liquidez. E o Passivo Circulante que inclui as contas de Financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras contas de alta exigibilidade.

A variação no Ativo e Passivo Circulante foi causada pela relocação do imposto diferido, que agora de acordo com o CPC 26, item 56: "Na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes)". Ou seja, passou a ser classificado no Ativo e Passivo Não Circulante.

Relativo a variação do índice. Apesar de o Ativo Circulante ter diminuído, O Passivo Circulante diminuiu ainda mais, tanto percentualmente como em valor absoluto. Como o denominador diminuiu mais que o numerador, o valor do resultado, nesse caso o índice, aumenta.

Um indicador de Liquidez Corrente maior que 1,0 indica boa saúde, pois implica que a empresa tem ou terá recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo. O resultado obtido de 1,348 (nova norma) significa que para cada real de exigibilidade a curto prazo, tem-se 1,348 reais de recursos imediata ou mediatamente disponíveis para fazer frente a tais compromissos.

4.1.2 Liquidez Geral

LIQUIDEZ GERAL				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Liquidez Geral =	Ativo Circulante + AC longo prazo	103.054,05	109.297,00	5,71%
	Passivo Circulante + PC longo prazo	184.532,48	183.524,00	-0,55%
Índice de liquidez geral		0,558	0,596	6,23%

Quadro 07 - Índice de liquidez geral
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo desse índice foi utilizado o Ativo Circulante, que é composto pelas disponibilidades, contas a receber, estoques e outras contas de alta liquidez, somado com o Ativo Realizável a Longo Prazo. E o Passivo Circulante que inclui as contas de Financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras contas de alta exigibilidade, somado com o Passivo Realizável a Longo Prazo.

A causa das variações no Ativo Circulante e Passivo Circulante foram ilustradas no item 4.1.1.

O Ativo Realizável a Longo Prazo sofreu alterações devido a reclassificação do Imposto Diferido, como dita o CPC 26 no seu item 56. Com isso o Imposto Diferido anteriormente classificado no Ativo Circulante agora foi relocado para o Ativo Não Circulante Realizável a longo Prazo.

Após as alterações das Leis 11.941/09 e 11.638/07, O Passivo Realizável a longo Prazo sofreu uma alteração de aproximadamente apenas 0,20%.

O denominador (PC+PC longo prazo) sofreu mudanças irrelevantes (aproximadamente 0,55%), mas o numerador (AC+AC longo Prazo) aumentou em cerca de 5,7%, dessa forma aumentando o valor do Indicador de Liquidez Geral.

Os respectivos resultados obtidos de 0,558 e 0,596 são baixos. Esses valores significam que 1,0 real de exigibilidade, tem-se apenas, no melhor caso, 0,596 reais disponíveis para honrar seus compromissos. Nesse caso específico observa-se que tanto o alto valor de Ativo Imobilizado e financiamentos a longo prazo podem ter contribuído para o baixo valor desse indicador. Vale lembrar que para definir insolvência em uma empresa é necessário investigar o conjunto de indicadores, e não apenas um.

4.1.3 Liquidez Seca

LIQUIDEZ SECA				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Liquidez Seca =	Ativo Circulante - estoques / Passivo Circulante	55.249,36 / 58.029,64	54.926,00 / 55.161,00	-0,59% / -5,20%
Índice de liquidez Seca		0,952	0,996	4,38%

Quadro 08 - Indice de liquidez seca
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo da liquidez seca foi utilizado no numerador o Ativo Circulante, que é composto pelas disponibilidades, contas a receber, outras contas de alta liquidez e nesse caso foi subtraído o estoque. O denominador usado no calculo é representado pelo Passivo Circulante, que inclui as contas de Financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras contas de alta exigibilidade.

Como a conta "estoques" do Ativo Circulante diminuiu após as alterações das Leis 11.941/09 e 11.638/07, quando foi usada para subtrair do Ativo circulante para o cálculo do índice causou um impacto maior na norma antiga em relação a nova. Dessa forma se ilustra a diferença de aproximadamente apenas 0,59% na operação "AC – estoques".

A diferença de maior significância foi a do denominador, o Passivo Circulante, que já foi exibido no item 4.1.1, Essa mudança foi em grande parte responsável pela variação de 4,38% no cálculo do índice de Liquidez Seca.

Ter um valor superior a 1,0 neste indicador implica que a empresa possui formas de honrar seus compromissos, independentemente de conseguir vender seus estoques. O melhor resultado obtido foi de 0,996, pela nova norma.

4.1.4 Liquidez Imediata

LIQUIDEZ IMEDIATA				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Liquidez imediata =	Disponibilidades	28.795,71	29.034,00	0,82%
	Passivo Circulante	58.029,64	55.161,00	-5,20%
Índice de liquidez imediata		0,496	0,526	5,72%

Quadro 09 - Índice de liquidez imediata
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo da liquidez instantânea foi utilizado no numerador as Disponibilidades do Ativo Circulante, que por sua vez são compostas por "caixa e bancos", e aplicações financeiras no país e no exterior. O denominador usado no calculo é representado pelo Passivo Circulante, que inclui as contas de Financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras contas de alta exigibilidade.

A diferença no índice pode-se ser atribuída pela diferença no Passivo Circulante, explicada no item 4.1.1, essa mudança gerou uma diminuição no Passivo Circulante de 5.2%. Como as disponibilidades permaneceram praticamente inalteradas, o aumento no denominador foi suficiente para causar uma diferença de 5,72% no resultado do cálculo do índice de Liquidez Imediata.

É saudável que uma empresa tenha um indicador de Liquidez superior a 1,0. Dessa forma ela será capaz de pagar seu Passivo Circulante usando apenas suas Disponibilidades. O resultado obtido foi de 0,526, significando que para cada 1,0 real de Passivo Circulante, tem-se apenas 0,526 reais para cobri-lo.

Mas de acordo com Iudícibus (2010), existe certo equilíbrio a ser mantido neste indicador. O autor define esse equilíbrio relacionando a perda de substância

UNI-RN

líquida que o disponível sofre em tempos de inflação com o risco de não poder contar com disponibilidades quando as dívidas vencerem.

4.2 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Os indicadores de endividamento evidenciam o quanto a empresa se endividou para alcançar o seu resultado. Também apresentam a composição entre as exigibilidades.

Abaixo seguem os índices de endividamento da Petrobras no ano de 2009, antes e depois das alterações na Lei 6.404/76 pelas Leis 11.941/09 e 11.638/07.

4.2.1 Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais

PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS TOTAIS				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais =	Exigível Total / Exigível Total + PL	186.142,65 / 345.607,25	183.524,00 / 350.419,00	-1,43% / 1,37%
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais		0,539	0,524	-2,84%

Quadro 10 - Índice de Participação de terceiros sobre os recursos totais
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

Participação de Capitais de Terceiros quantifica qual o valor da porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

No cálculo deste indicador foi usado no numerador o Exigível Total, que é composto pelas contas do Passivo Circulante e Não Circulante. O denominador usado no calculo foi o Exigível Total, que é representado pelo Passivo Circulante e Passivo Não Circulante; Somado do Patrimônio Líquido.

Como visto no item 4.1.1 o Passivo Circulante diminuiu 5,2%, já o Passivo Não Circulante ficou praticamente inalterado (variou aproximadamente 0,2%), apesar de ter recebido contas como Impostos Diferidos, também houve a saída de valores, como a conta Participação dos acionistas não controladores, que foi reclassificada para o Patrimônio Líquido. Dessa forma a diminuição do Passivo Circulante foi a maior responsável por diminuir o resultado do cálculo do Exigível Total (PC+PNC) em 1,43%.

Foi detectado nas notas explicativas que a variação do Patrimônio Líquido se explica devido ao fato da Companhia ter adotado o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros, visando à equiparação à isenção do CPC 37 (IFRS 1) de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora.

Outro aspecto que contribuiu com a oscilação do Patrimônio Líquido, como visto em notas explicativas, foram os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores durante o exercício de 2009, que foram contabilizados como investimento. Para fins de IFRS, essas aquisições são consideradas transações com sócios, na qualidade de proprietário, portanto, a parcela relativa ao ágio e deságio foi reconhecida como contribuição adicional de capital, no patrimônio líquido, conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27). Dessa forma explica-se o aumento de 4,45% do Patrimônio Líquido.

A diferença de aproximadamente 3% nos indicadores se dá pelas diferenças nos valores do Passivo Circulante, que sua diminuição fez com que o valor do Exigível Total também diminuísse; e o aumento do Patrimônio Líquido. Como o numerador diminuiu e o denominador aumentou, o resultado do cálculo da Participação de Capitais de Terceiros diminuiu em 2,84%.

Nota-se que o valor do índice diminuiu com a nova norma, melhorando a situação da empresa. O valor de 0,524 representa a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.

4.2.2 Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios

CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE RECURSOS PRÓPRIOS				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios	Exigível Total	186.142,65	183.524,00	-1,43%
	Patrimônio Líquido	159.464,60	166.895,00	4,45%
Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios		1,167	1,100	-6,15%

Quadro 11 - Índice de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

Para realizar o cálculo deste índice foi empregado no numerador o Exigível Total, que é composto pelas contas do Passivo Circulante e Não Circulante. Já no denominador foi utilizado o Patrimônio Líquido, que é composto por contas como Capital social realizado Reserva de Lucros, entre outras contas Patrimoniais.

As variações ocorridas tanto no Exigível Total (diminuiu cerca de 1,5%) quanto no Patrimônio Líquido (aumentou aproximadamente 4,5%) já foram explicadas no item 4.2.1. Dessa forma como o numerador diminuiu e o denominador aumentou, o resultado do cálculo do indicador de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios diminuiu em 6,15%.

Este índice também trata da dependência de recursos de terceiros. Nota-se que o indicador diminuiu de 1,167 para 1,1, dessa forma chegando mais próximo de uma situação mais saudável, visto que quanto menor for este índice, melhor.

4.2.3 Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total

PARTICIPAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO SOBRE ENDIVIDAMENTO TOTAL				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	Passivo Circulante / Exigível Total	58.029,64 / 186.142,65	55.161,00 / 183.524,00	-5,20% / -1,43%
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total		0,312	0,301	-3,72%

Quadro 12 - Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo deste índice foi utilizado no numerador o Passivo Circulante, composto por contas de Financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras contas de alta exigibilidade. O denominador emprega o Exigível Total, que é o resultado da soma do Passivo Circulante e Não Circulante.

As variações nos elementos do cálculo do índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total já foram explicadas em itens anteriores. Sobre o Passivo Circulante foi explicado no item 4.1.1, e a variação ocorrida no Exigível Total foi definida no item 4.2.1.

Referente a variação no resultado do cálculo do índice, pode-se afirmar que mesmo com a diminuição tanto do numerador como a do denominador, o resultado do índice diminuiu 3,72%. Esse caso explica-se devido a queda do Passivo Circulante ser, em valores absolutos, maior do que a diminuição ocorrida no resultado do cálculo do Exigível Total.

Este indicador mostra qual a parcela do endividamento total se vence a curo prazo, ou seja, temos 30,1% do endividamento total encaixado nessa situação.

4.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os indicadores de rentabilidade auxiliam na visualização do resultado de uma empresa em relação ao seu tamanho

Abaixo seguem os índices de rentabilidade da Petrobras no ano de 2009, antes e depois das alterações na Lei 6.404/76 pelas Leis 11.941/09 e 11.638/07.

4.3.1 Margem líquida

MARGEM LÍQUIDA				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Margem Líquida =	Lucro Líquido / Vendas Líquidas	28.981,71 / 182.710,06	30.051,00 / 182.834,00	3,56% / 0,07%
Margem Líquida		0,159	0,164	3,49%

Quadro 13 - Índice de Margem Líquida
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

No cálculo desse índice utilizou-se o Lucro líquido, que contem as informações de toda a empresa, e a Receita Líquida que inclui todas as receitas de vendas, serviços e encargos de vendas.

Foi observado nas notas explicativas que parte da variação na Receita Líquida de vendas foi provocada pela inclusão da controlada CIESA e por outros montantes reclassificados para cumprir com o enquadramento da nova norma vigente.

Também foi visto em notas explicativas que a causa da variação no Lucro liquido foi provocado pela inclusão da conta "Capitalização de custos de empréstimos", assim como a criação da Provisão para abono e despesa com impostos diferidos.

Em relação à variação do índice, pode-se afirmar que a diferença entre as Receitas Líquidas teve um impacto mínimo na variação do índice, já que essa diferença foi de apenas 0,07 %. Porém o Lucro Líquido mudou de forma mais significativa, sendo dessa forma suficiente para causar a variação detectada.

Como este indicador está ligado ao tipo de empreendimento da empresa, é de se esperar uma pequena margem de lucro sobre vendas no ramo de energia. Comprovado pelo valor encontrado de 0,164.

UNI-RN

4.3.2 Giro do ativo Total

GIRO DO ATIVO TOTAL				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Giro do Ativo =	Receitas Líquidas / Ativo Total Médio	182.710,06 / 318.885,55	182.834,00 / 321.291,42	0,07% / 0,75%
Giro do Atigo		0,573	0,569	-0,69%

Quadro 14 - Índice de Giro do Ativo Total
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

Para realizar o cálculo desse indicador, foi utilizado o valor da Receita líquida de vendas (vendas – encargos de vendas) como numerador. E como denominador o Ativo Médio Total, que foi calculado usando o Ativo Total no começo do exercício somado com o Ativo Total ao termino do exercício, e depois dividindo esta soma por dois.

A variação no ativo foi vista no item 4.1.1 que resultou em uma alteração positiva de apenas 1,37%. E como a variação na Receita Líquida de vendas foi de apenas 0,07%, a variação detectada no resultado do cálculo deste indicador foi de apenas 0,69%, sendo dessa forma a menor variação encontrada nos indicadores estudados neste trabalho.

Interessante notar a queda no valor do indicador, que caiu de 0,573 para 0,569. Dessa forma prejudicando a empresa. Este indicador mostra que o ativo girou 0,569 vezes durante o exercício.

4.3.3 Retorno sobre investimento

RETORNO SOBRE INVESTIMENTO				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Retorno sobre Investimento =	Lucro Líquido / Ativo Total Médio	28.981,71 / 318.885,55	30.051,00 / 321.291,42	3,56% / 0,75%
Retorno sobre investimento		0,091	0,094	2,83%

Quadro 15 - Índice de Retorno sobre Investimento
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

Para calcular o indicador de Retorno sobre Investimento foi utilizado o Lucro Líquido como numerador e o Ativo Total Médio como denominador. As variações referentes ao Ativo Total Médio foram tratadas no item 4.1.1, sendo essa variação de apenas 0,75%. A variação de 3,56% no Lucro Líquido explica-se no item numero.

Em valores absolutos, o aumento no Lucro Líquido foi superior ao aumento do Ativo Total Médio, dessa forma o resultado do cálculo do índice teve uma variação positiva de 2,83%.

Este indicador mostra, em porcentagem, quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. Neste caso foi de 9,4%.

4.3.4 Retorno sobre PL

RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
		LEI 6.404/76	LEI 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Retorno sobre Patrimônio Líquido =	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	28.981,71 / 159.464,60	30.051,00 / 166.895,00	3,56% / 4,45%
Retorno sobre Patrimônio Líquido		0,182	0,180	-0,94%

Quadro 16 - Índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido
Fonte - Elaborado pelo autor. 2012.

Foram utilizados no cálculo deste quociente o numerador Lucro Líquido, onde suas alterações foram discutidas no item 4.3.1, e o denominador Patrimônio Líquido, cujas alterações foram explicadas no item 4.2.1.

A variação negativa de apenas 0,94% no resultado do cálculo do Índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido explica-se no fato que o denominador aumentou, tanto percentualmente como em valor absoluto, mais que o numerador. Dessa forma fazendo com que o resultado do cálculo do indicador diminua em 0,94%.

É importante notar que a taxa de rendimento próprio piorou, indo de 18,2% para 18%. Dessa forma rendimentos alternativos anteriores podem ter deixado de ser viáveis.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Após a revisão da literatura, estudo documental e a análise dos resultados, foram obtidos dados e informações para responder ao objetivo que deu rumo a este estudo: Quais os reflexos das alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 nos índices econômico-financeiros da Petrobras no exercício de 2009?

No intuito de alcançar o objetivo desta pesquisa, que é responder a pergunta: Quais os reflexos das alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09 nos índices econômico-financeiros ocorridos na Petrobras no ano de 2009? Foi então, realizado um estudo sobre análise das demonstrações contábeis – análise de índices, seus conceitos, principais índices, procedimentos e práticas. Tal estudo é preciso para o claro entendimento do conceito da análise e classificação dos índices de uma empresa. Além disso, foi realizada uma pesquisa sobre as mudanças nas normas brasileiras de contabilidade trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, dando ênfase nas alterações que afetaram a estrutura das demonstrações contábeis, pois tais alterações refletem diretamente no estudo dos índices.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizado um estudo documental das demonstrações contábeis da empresa Petrobras referente ao exercício de 2009 e publicadas no ano de 2009, sob as normas da Lei 6.404/76; e das demonstrações referente também ao exercício de 2009, mas publicadas no ano de 2010, já sobre efeito das novas normas, para então comparar os respectivos índices.

Com base nas demonstrações consolidadas em ambos os padrões, foram calculados os indicadores econômico-financeiros da Petrobras. Após essa etapa, foram calculadas as diferenças percentuais entre os indicadores, o que permitiu verificar variações relevantes nos índices.

Os estudos dos índices econômico-financeiros da Petrobras revelaram que a mudança nas práticas contábeis geraram efeitos, na sua maioria, positivos nos indicadores. Houve melhorias claras nos índices de liquidez, como o índice de Liquidez Corrente que aumentou em 2%, Liquidez Geral subiu 6,23%, Liquidez Seca melhorou em 4,38% e liquidez Imediata aumentou em 5,72% (aumentaram em média 4,58%); e também os indicadores de endividamento, como a Participação de

capital de Terceiros Sobre os Recursos Totais diminuiu em 2,84%, Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais melhorou em 6,15%, Participação das Dívidas de Curto Prazo Sobre Endividamento Total diminuiu em 3,72% (uma média de 4,24% de melhora); enquanto os indicadores de rentabilidade tiveram resultados variados e de menor significância, como os indicadores de Giro do Ativo e Retorno sobre PL que pioraram respectivamente 0,69% e 0,94%, enquanto os índices de Margem Líquida e Retorno sobre Ativo melhoraram, respectivamente 3,49% e 2,83%.

A presente pesquisa evidencia impactos nos índices econômico-financeiros da Petrobras, causados pela edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09. Para futuras pesquisas sugere-se que sejam desenvolvidos outros estudos abordando a convergência das normas brasileiras. Pois a contabilidade prima pela excelência, fidedignidade e qualidade das informações geradas e transmitidas a seus usuários. Espera-se, que o presente trabalho ajude na realização de novas pesquisas, aconselhando ainda a utilizar uma amostragem de empresas maior e outros indicadores de análise econômico-financeira como meio de verificar o impacto da convergência contábil.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços – Um enfoque econômico-financeiro.** 5. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2008.

AUGUSTO, Maria de Fátima Pires. OLIVEIRA, Celso Romário. **As modificações ocorridas no balanço patrimonial segundo a lei 11.638/07 e lei 11.941/09**. Revista Eletrônica das Faculdades Sudamérica. 2011. Disponível em: http://www.sudamerica.edu.br/revista/?p=209 . Acessado em: 21 de novembro de 2012.

BARBOSA, João Estevão. DIAS, Warlei de Oliveira. PINHEIRO, Laura Edith Taboada**. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. 2009.** Disponível em: http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/719. Acessado em: 25 de outubro de 2012.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 28 de dez. 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm . Acessado em: 21 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 28 de mai. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm . Acessado em: 21 de novembro de 2012.

CARVALHO, Fernanda Abreu; PONTE, Vera Maria Rodrigues; COELHO, Antônio Carlos Dias; LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras.** Disponível em: http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/307.pdf. Acessado em: 05 de dezembro de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Conheça o CPC. Disponível em: http://www.cpc.org.br/oque.htm. Acessado em: 21 de novembro de 2012.

_____. CPC 12 – **Ajuste a Valor Presente**. Aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17.12.08. Internet: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

_____. CPC 26 (R1) – **Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011).** Aprovado pela Deliberação CVM nº 1.055/05, de 02.12.11. Internet: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.159 de 04 de março de 2009. Aprova o comunicado Técnico CT 01 que aborda como os ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 devem ser tratados. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001159. Acessado em: 21 de novembro de 2012.

NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Contabilidade Vista & Revista, Vol. 20, No 4 (2009). Disponível em** http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/719 . Acessado em 18 de novembro 2012.

FARIAS, Leidiane Fernandes. **Reflexos das alterações da Lei 6.404/76 nos índices Econômico-Financeiros**. 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/25732 . Acessado em: 21 de novembro de 2012.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade Avançada e Intermediária**. 3. Ed. Editora Ferreira. Rio de Janeiro, 2009.

HORTON, Joanne; SERAFEIM, George. **Market reaction & valuation of IFRS reconciliation adjustments: first evidence from the UK. [S.l.: s.n.]**, 2007. Disponível em:<http://ssrn.com/abstract=923582>. Acesso em: 05 nov. 2012.

KPMG. Lei 11.638/07 altera a Lei das SAs (Lei 6.404/76) - Resumo dos principais impactos. 2008. Disponível em:

http://www.kpmg.com.br/publicacoes/Lei_6404_final.pdf. Acessado em: 21 de novembro de 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; Gelbcke, Ernesto Rubens; Santos, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. 1. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 7. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2004.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 6. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2007.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 15. Ed. Editora Frase. São Paulo, 2007.

PERRAMON, Jordi; AMAT, Oriol. **IFRS introduction and its effect on listed companies in Spain. [S.l.: s.n.]**, 2006. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1002516>. Acesso em: 7 nov. 2012.

PETROBRAS. www.petrobras.com.br. Acessado em 29 de novembro de 2012.

_____. Análise Financeira e Demonstrações Contábeis 2011. Disponível em: http://www.petrobras.com.br/rs2011/downloads/Petrobras_AFDC2011.pdf. Acessado em 08 de dezembro de 2012.

_____. Análise Financeira e Demonstrações Contábeis. Disponível em: http://www.petrobras.com.br/rs2009/pt/analise-financeira-e-demonstracoes-contabeis/ Acessado em 20 de outubro de 2012.

_____. Análise Financeira e Demonstrações Contábeis. Disponível em: http://www.petrobras.com.br/rs2010/pt/mapa-do-site/ Acessado em 20 de outubro de 2012.

ROGERS, Dany; REZENDE, Cláudio Francisco; LEMES, Sirlei; MELO, Daniela de Castro; ALMEIDA, Marcelo Dias. **Análise dos índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAAP e BR GAAP).** Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhospdf/251.pdf . Acessado em 15 de novembro de 2012.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de Contabilidade: teoria e questões**. 6. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. **Teoria da Contabilidade**. 1. Ed. Atlas. São Paulo, 1999.

ANEXOS

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1° de janeiro de 2009
(Em milhões de reais)

ATIVO	NOTA	CONSOLIDADO		
		2010	2009	01.01.2009
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.323	29.034	16.099
Títulos e valores mobiliários	7	26.017	124	289
Contas a receber, líquidas	8.1	17.334	14.062	14.969
Dividendos a receber	11.1	251	18	20
Estoques	9	19.816	19.448	18.391
Impostos, contribuições e participações	21.1	8.935	7.023	7.671
Adiantamento a fornecedores		1.310	1.981	1.594
Outros ativos circulantes		2.699	2.684	2.815
		106.685	74.374	62.048
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber, líquidas	8.1	4.956	3.288	1.331
Conta petróleo e álcool - STN	10	822	817	810
Títulos e valores mobiliários	7	5.208	4.639	4.066
Depósitos judiciais	12	2.807	1.989	1.853
Impostos e contribuição social diferidos	21.3	17.211	16.231	13.010
Adiantamento a fornecedores		4.976	5.365	5.444
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2.490	2.594	2.659
		38.470	34.923	29.173
Investimentos	14	8.879	5.772	5.768
Imobilizado	15	282.838	227.079	185.694
Intangível	16	83.098	8.271	9.592
Diferido				
		413.285	276.045	230.227
		519.970	350.419	292.275

UNI-RN

PASSIVO	NOTA	CONSOLIDADO		
		2010	2009	01.01.2009
Circulante				
Financiamentos	18	15.492	15.166	13.640
Arrendamentos mercantins financeiros	19.1	176	390	585
Fornecedores		17.044	17.082	17.168
Impostos, contribuições e participações	21.2	10.250	10.590	8.555
Dividendos propostos	24.5	3.595	2.333	9.915
Salários, férias e encargos		2.606	2.304	2.027
Participação de empregados e administradores	23	1.691	1.495	1.345
Planos de pensão e saúde	22	1.303	1.208	1.152
Subsidiárias, controladas e coligadas		149	128	147
Outras contas e despesas a pagar		4.528	4.465	3.774
		56.834	55.161	58.308
Não circulante				
Financiamentos	18	102.051	86.545	51.162
Arrendamentos mercantins financeiros	19.1	196	349	805
Impostos e contribuição social diferidos	21.3	26.161	20.458	17.642
Planos de pensão e saúde	22	15.278	14.164	13.200
Provisão para processos judiciais	29	1.372	865	890
Provisão para desmantelamento de áreas	20	6.505	4.791	5.417
Subsidiárias, controladas e coligadas		179	52	49
Outras contas e despesas a pagar		1.169	1.139	1.960
		152.911	128.363	91.125
Patrimônio líquido	24			
Capital social realizado		205.357	78.967	78.967
Contribuição adicional de capital		(6)	1.423	
Reservas de capital			515	515
Reservas de lucros		101.325	83.479	61.614
Ajustes de avaliação patrimonial		90	(67)	(308)
		306.766	164.317	140.788
Participação dos acionistas não controladores		3.459	2.578	2.054
		310.225	166.895	142.842
		519.970	350.419	292.275

Demonstração de Resultados

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhões de reais, exceto o lucro por ação)

	NOTA	CONSOLIDADO	
		2010	2009
Receita de vendas	25	213.274	182.834
Custo dos produtos e serviços vendidos	26	(136.052)	(108.707)
Lucro bruto		77.222	74.127
Receitas (despesas)			
Vendas	26	(6.660)	(7.375)
Gerais e administrativas	26	(7.997)	(7.392)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(3.797)	(3.981)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.739)	(1.364)
Tributárias		(910)	(658)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	(7.062)	(7.360)
		(30.165)	(28.130)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		47.057	45.997
Resultado financeiro líquido	28	2.563	(162)
Resultado de participações em investimentos		206	(65)
Participação dos empregados e administradores	23	(1.691)	(1.495)
Lucro antes dos impostos		48.137	44.275
Imposto de renda e contribuição social	24.5	(12.236)	(10.931)
Lucro líquido		35.901	33.344
Lucro líquido atribuível aos não controladores		(712)	(3.293)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras		35.189	30.051
Lucro básico e diluído por ação		3,57	3,43

UNI-RN

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.795.714	15.888.596
Títulos e valores mobiliários	9	123.824	288.751
Contas a receber, líquidas	5	13.984.270	14.903.732
Dividendos a receber	6.1	17.688	20.101
Estoques	7	21.424.651	19.977.171
Impostos, contribuições e participações	19.1	9.650.733	9.641.247
Despesas antecipadas		1.287.454	1.393.879
Outros ativos circulantes		1.389.681	1.461.801
		76.674.015	**63.575.278**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	5	3.285.420	1.326.522
Conta petróleo e álcool - STN	8	816.714	809.673
Títulos e valores mobiliários	9	4.638.959	4.066.280
Projetos estruturados	10.2		
Depósitos judiciais	11	1.988.688	1.853.092
Despesas antecipadas		1.294.277	1.400.072
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	12.931.807	10.238.308
Estoques	7	180.618	303.929
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.243.548	1.256.967
		26.380.031	**21.254.843**
INVESTIMENTOS	12	**3.148.357**	**5.106.495**
IMOBILIZADO	13	**230.230.518**	**190.754.167**
INTANGÍVEL	14	**6.808.331**	**8.003.213**
DIFERIDO		**2.365.998**	**3.469.846**
		268.933.235	**228.588.564**
		345.607.250	**292.163.842**

PASSIVO	NOTA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
CIRCULANTE			
Financiamentos	15	13.571.170	12.451.137
Juros sobre financiamentos	15	1.316.041	823.330
Compromissos contratuais com transferência de riscos e controles de bens	16	390.252	585.045
Fornecedores		16.980.678	17.027.579
Impostos, contribuições e participações	19.2	12.747.880	12.741.382
Dividendos propostos	22	2.333.053	9.914.707
Projetos estruturados	10	212.359	188.858
Plano de pensão	20	641.774	627.988
Plano de saúde	20	565.952	523.714
Salários, férias e encargos		2.293.528	2.016.430
Provisão para contingências	23	54.000	54.000
Adiantamento de clientes		556.208	666.107
Provisão para participações de empregados e administradores		1.495.323	1.344.526
Receitas diferidas		7.474	5.929
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados			
Outras contas e despesas a pagar		4.863.945	3.586.429
		58.029.637	**62.557.161**
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	15	84.702.691	50.049.441
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	16	349.482	804.998
Subsidiárias, controladas e coligadas	6.2	52.433	49.289
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	17.290.995	13.165.132
Plano de pensão	20	3.561.330	3.475.581
Plano de saúde	20	11.184.849	10.296.679
Provisão para contingências	23	844.951	890.326
Provisão para desmantelamento de áreas	3.14	4.896.343	6.581.618
Receitas diferidas		1.232.227	1.292.906
Outras contas e despesas a pagar		2.387.546	1.982.355
		126.502.847	**88.588.325**
PARTICIPAçÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**1.610.167**	**2.653.074**
PATRIMÖNIO LÍQUIDO	22		
Capital social realizado		78.966.691	78.966.691
Reservas de capital		514.857	514.857
Reservas de reavaliação		350	10.284
Reservas de lucros		79.521.014	58.643.049
Ajustes de avaliação patrimonial		6.365	(405.863)
Ajustes acumulados de conversão		455.322	636.264
		159.464.599	**138.365.282**
		345.607.250	**292.163.842**

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social realizado)

	NOTA	CONSOLIDADO	
		2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Vendas			
Produtos		230.152.125	266.217.208
Serviços, principalmente fretes		351.859	276.872
		230.503.984	**266.494.080**
ENCARGOS DE VENDAS		**(47.793.927)**	**(51.375.544)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**182.710.057**	**215.118.536**
Custo dos produtos e serviços vendidos		(109.037.245)	(141.623.359)
LUCRO BRUTO		**73.672.812**	**73.495.177**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Vendas		(7.151.979)	(7.162.264)
Financeiras			
Despesas	17	(5.854.389)	(4.193.135)
Receitas	17	3.505.187	3.494.430
Variações cambiais e monetárias, líquidas	17	(488.652)	3.827.489
Gerais e administrativas			
Honorários da diretoria e do conselho de administração		(34.303)	(35.792)
De administração		(7.375.939)	(7.211.566)
Tributárias		(658.469)	(862.766)
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico		(1.363.654)	(1.705.572)
Perda na recuperação de ativos		(544.168)	(933.088)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(3.458.094)	(3.494.258)
Planos de pensão e saúde	20	(1.370.332)	(1.427.395)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	18	(5.587.012)	(4.712.243)
		(30.381.804)	**(24.416.160)**
PARTICIPAÇÕES EM SUBSIDIÁRIAS E COLIGADAS			
Resultado de participações em investimentos	12	(84.397)	(874.218)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**43.206.611**	**48.204.799**
Participações dos empregados e administradores	21	(1.495.323)	(1.344.526)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**31.734.082**	**30.898.295**
Participações dos acionistas não controladores		(2.752.374)	2.089.497
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**28.981.708**	**32.987.792**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO NO FIM DO EXERCÍCIO - R$		**3,30**	**3,76**